



A PESQUISA COMO AÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO NEAB/NEU ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2020 EM LAGES/SC

ROSA, Nanci Alves da¹
ROVARIS, Carolina Corbellini²

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os projetos de pesquisa realizados pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Negro e Educação (NEAB/NEU) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), entre os anos de 2017 e 2020 na cidade de Lages/SC, discutindo seus objetivos e os resultados obtidos. Considera-se que os projetos compõem uma das ações desenvolvidas pelo Núcleo para a construção de uma educação antirracista, uma vez que por meio das pesquisas bibliográficas e de campo elaborou-se artigos que discutem as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na região do planalto serrano catarinense, como possibilidade de ensino das temáticas em sala de aula.

Palavras-chave: NEAB. Pesquisa. Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Negro e Educação, da Universidade do Planalto Catarinense/UNIPLAC, se dedica aos estudos das temáticas étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Tem o papel, portanto, de promover ações de pesquisa, ensino e extensão, compartilhando saberes com a comunidade acerca dos referidos temas. Assim, contribui para o combate às desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira e colabora na implementação da lei 11.645/08 da educação.

Como mencionado, uma das ações do Núcleo é o desenvolvimento de pesquisas dentro das temáticas, com o intuito de colaborar para a construção de uma educação antirracista; uma vez que, somente com um bom trabalho em todos os níveis do ambiente escolar e ensino superior, será possível reverter o atual quadro de preconceito e desinformação, que ainda impedem o diálogo amplo com os povos afrodescendentes e indígenas no Brasil.

Nesse sentido, esta comunicação tem como objetivo apresentar os projetos de pesquisa realizados pelo NEAB/NEU entre os anos de 2017 e 2020, discutindo seus objetivos e os resultados obtidos a partir dos mesmos.

METODOLOGIA

Entre os anos de 2017 e 2020, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/NEU desenvolveu três projetos de pesquisa, de caráter bibliográfico e de campo, com a orientação da professora mestra Nanci Alves da Rosa e da estudante Suelen de Andrade, atualmente graduada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPLAC.

O primeiro projeto intitula-se *Remanescentes Indígenas no Planalto Serrano* e apresentava como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica a respeito da história e cultura dos indígenas catarinenses, especificamente aqueles que habitavam o Planalto Serrano. Buscou, assim, proporcionar ao corpo docente e discente da UNIPLAC bem como à comunidade em geral, informações sobre a identidade e a etnia dos indígenas em nossa região.

¹Profa. Ma. Nanci Alves da Rosa. Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

E-mail: nanciantes@yahoo.com.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7811495484384338>

² Profa. Ma. Carolina Corbellini Rovaris. Centro de Educação Aprender Brincando - CEAB.

E-mail: carolcrovaris@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5305260497225608>. Orcid: 0000-0003-2304-4172.

O segundo projeto, *Territórios Negros e Indígenas na Serra Catarinense (Lages, Painel, Rio Rufino): Memória e História*, tinha como objetivo geral mapear territórios negros e indígenas nas cidades de Lages, Painel e Rio Rufino, afim de identificar de que forma esses grupos se organizaram para a criação e permanência nesses espaços. A metodologia proposta foi a entrevista de descendentes negros e indígenas, no intuito de descobrir como esses espaços servem ou serviram para afirmação de suas identidades culturais e raciais, aliada à pesquisa bibliográfica acerca da temática de territórios, história, cultura e arquiteturas afro-brasileira e indígena na Serra Catarinense.

O terceiro projeto desenvolvido foi *Infância nos terreiros: as crianças nos espaços de religião de matriz afro-indígena em Lages/SC*. Inicialmente, o intuito da pesquisa era identificar e explicar as práticas e vivências das religiosidades de matriz afro-indígena no período da infância na cidade de Lages/SC, por meio da entrevista de pessoas que se identificam como praticantes, a fim de descobrir como as mesmas explicam e diferenciam a vivência das crianças nos espaços de terreiro das demais religiões.

A partir dessas entrevistas, outros questionamentos surgiram, o que possibilitou o seu desdobramento no ano de 2020, dessa vez com a seguinte problemática: quais foram os desafios encontrados na trajetória dos líderes religiosos desde a sua infância e juventude nos terreiros de Lages/SC? Assim, surgiu o projeto de pesquisa *Infância e juventude: os desafios nas trajetórias dos líderes religiosos nos terreiros de Lages/SC*, utilizando-se da mesma metodologia.

Para a realização das pesquisas de campo foi necessária a elaboração de roteiros de perguntas, construídos a partir da análise de bibliografias já existentes sobre o tema, para alcançar os objetivos propostos. Todas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPLAC e contaram com Termo de Consentimento Livre e Autorizado (TECLE) assinado pelos entrevistados.

Uma vez coletadas as informações e dados necessários, as entrevistas foram transcritas e passaram por uma análise a partir da metodologia da história oral. Conforme menciona Meihy (2002), é por meio desse método que movimentos culturais pequenos e muitas vezes discriminados pela sociedade, encontram espaço para contar a sua história e luta de vida, podendo expor seus ideais, dando vida às experiências desses movimentos e dessas pessoas. Utilizada como único instrumento de pesquisa, pode resultar em uma visão unilateral da realidade. Por isso, contamos com entrevistas de diferentes sujeitos, realizando posteriormente o cruzamento de informações entre os relatos e com a bibliografia existente sobre o tema.

DISCUSSÕES

As pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/NEU visam contribuir para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), bem como da lei 11645/2008 que propõe a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nos bancos escolares.

Entre os pressupostos destas leis afirma-se que é papel da Universidade a formação de professores sobre a temática, item tão importante quanto a inclusão dela na educação básica. Institui ainda que a Educação das Relações Étnico-Raciais deverá compor disciplina curricular no ensino superior, assim como questões temáticas referentes ao tema. Devemos considerar que a escola é um campo no qual os profissionais reproduzem e promovem reflexões que contribuem para a formação de posturas dos indivíduos na sociedade, bem como para a construção de visões de mundo. Evidentemente se sabe que a educação não está presente somente no âmbito escolar, mas este ainda é considerado o principal espaço de formação de posturas e perspectivas.

Dessa forma, o primeiro projeto de pesquisa discutiu sobre a presença da população indígena no planalto serrano catarinense. As populações indígenas foram, durante muito tempo, invisibilizadas pela historiografia. A história dos índios no Brasil até a década de 1980 restringia-se à narrativa de sua extinção ou desaparecimento. Segundo John Monteiro (2001), há duas principais dificuldades da inserção do indígena como ator da sua história: ausência de fontes produzidas pelos próprios índios e a resistência dos historiadores em relação à temática, por considerarem-na da área de Antropologia, especialmente do método da etnografia.

Antes da chegada dos europeus no território que posteriormente foi denominado de Santa Catarina, não há registro escrito sobre populações indígenas que habitavam nesse local. É necessário, portanto, recorrermos a vestígios do passado, inscrições rupestres, por exemplo, que nos possibilitam compreender tais populações. Essas fontes podem ser também utensílios domésticos, instrumentos, urnas funerárias, ossos, restos de fogueira, ruínas, fragmentos de cerâmica, entre vários outros objetos que não se perderam com o passar do tempo. (LAVINA, 2004). É por meio desse olhar atento que se encontram rastros dos povos Kaingang e Xokleng que habitaram a região do planalto catarinense e uma vasta bibliografia pode evidenciar esse fator.

A partir da realização da primeira pesquisa, identificou-se que na região de Lages e em seus arredores não existem reservas indígenas e os grupos que ali habitavam em séculos passados tiveram que migrar para outras regiões do estado, diante da violência que sofreram com a fundação das vilas por tropeiros a partir do século XVIII. A agência dos bugreiros, homens contratados para perseguição e extermínio dos indígenas, teve efeito devastador sobre a região.

Para a população negra da região, a história se mostrou um pouco diferente da trajetória indígena. Apesar de não haver um projeto de extermínio dessa população por parte de homens brancos que estavam no poder, os espaços nos quais podiam circular eram delimitados, por conta de sua condição de escravizados ou forros. Após a abolição da escravidão, este cenário pouco se modificou: apesar de não institucionalizada, a discriminação de espaços continuou a ocorrer.

Assim, buscamos com outro projeto atender à mais uma das propostas da lei 11645/08: o estudo e reconhecimento das entidades e espaços pelos quais circularam homens e mulheres negros e indígenas, formando vínculos de solidariedade, resistências e locais de sua sobrevivência.

O conceito de território, neste sentido, torna-se essencial para compreendermos as experiências destas pessoas na história ao longo do tempo. Para Milton Santos (1978), o território é um espaço geográfico delimitado no qual atuam pessoas com diferentes relações de poder. Ora, este espaço é delimitado por aqueles que se utilizam da opressão para determinar um local de exclusão, ora este espaço é territorializado como uma ação de resistência de determinados atores.

Portanto, podemos identificar territórios negros, espaços nos quais estas pessoas buscavam redes de solidariedade (MALAVOTA, 2007), momentos de diversão ou discussões políticas acerca do seu futuro no espaço que habitam. Assim, temos diferentes espaços que constituem territórios negros por conta da presença marcante de sujeitos históricos nestes locais e pelos usos que os mesmos fizeram destes: quilombos, irmandades católicas, escolas de samba, clubes recreativos, terreiros de umbanda, entre vários outros (RASCHE, 2013).

Sendo um desses territórios dedicado à prática da religião de matriz afro-indígena, nas pesquisas de 2019 e 2020, centrou-se o olhar para esses espaços as dinâmicas culturais e identitárias ali presentes. Na cidade de Lages/SC, esses espaços foram criados há muitos anos, segundo aponta Marciano Corrêa (2013). Relatos de benzeduras e a prática de outros dons, hoje caracterizados como ancestrais religiosos, datam desde o início de sua colonização no século XVIII.

Nesses espaços dedicados a rituais, festas e orações, identificados como terreiros ou casas de religião, constrói-se uma comunidade que revive e ressignifica memórias coletivas africanas e indígenas. Conforme afirma Jaqueline Ribeiro (2019), “O culto aos orixás e seus mitos, os praticantes da religião de matriz africana tomam para si como um meio de estruturar a sua vida. Assim, tudo no Terreiro se organiza através desses mitos.”

A religião na vida de muitas pessoas é o alicerce da cura, do equilíbrio, traz prosperidade, exige compromissos desenvolvendo a maturidade. Sendo assim, Lages possui em torno de 40 terreiros cadastrados, muitos presentes na região do bairro Brusque, um dos mais antigos de Lages e que foi povoado por famílias negras.

Para Renilda Costa (2017) e Marciano Corrêa (2013), a religiosidade é um elemento de construção identitária do indivíduo, bem como da identidade nacional brasileira. Isto implica valorizar sua importância ao longo da história do Brasil. Ao falarmos de religiões de matriz afro-indígena é indispensável debatermos a questão da raça/etnia, uma vez que tais manifestações foram durante muito tempo proibidas em território nacional: os conhecimentos e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras eram vistas como inferiores, portanto invisibilizadas e castigadas no período da colonização e Império. Na república, as leis se modificaram: o Estado tornou-se laico. No entanto, mesmo que no papel tais expressões religiosas fossem permitidas, no cotidiano dos praticantes, ainda continuou a ser perseguida e alvo de violência (COSTA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das pesquisas realizadas, percebe-se a importância da implementação de uma pedagogia multicultural, na qual os sujeitos possam aprofundar o debate sobre racismo estrutural ao questionar-se o quanto a intolerância às práticas e culturas oriundas de povos africanos e indígenas ainda estão presentes na sociedade brasileira. Ao falar de cultura, abrange-se um leque de itens: tradições, rituais, línguas, histórias e, inclusive, a diversidade religiosa. Estudar sobre as referidas temáticas é reconhecer e valorizar a agência desses sujeitos ao longo da história do planalto serrano catarinense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11645/2008**, de 10 de Março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008.

CORRÊA, Marciano Luiz. **Cultura afro-indígena**: um estudo dos espaços de devoção em Lages. Monografia (Programa de Pós-Graduação - Língua Portuguesa: Produção e Revisão de Texto). Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2013.

COSTA, Renilda Aparecida. **Batuque**: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

LAVINA, Rodrigo. Antes dos carijó – a tradição tupi-guarani em Santa Catarina vista pela arqueologia. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F. (org.). **História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 15 – 25.

MALAVOTA, Claudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MONTEIRO, John M. Tupis, **Tapuias e Historiadores – Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, 2001. Tese de Livre Docência na área de Etnologia.

RASCKE, Karla Leandro. **“Divertem-se então à sua maneira”**: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). [Dissertação] São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Jaqueline de Fátima. **O lugar da infância na religião de matriz africana**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd - UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt07-3907.pdf>>. Acesso em 09 Mar. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.